



Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE
2021
Em 25.2.2022**

Eduardo Tominaga
**Presidente da Comissão de Finanças
e Orçamento**

#Documento degravado por:
Bruno Henrique Perandr 





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

1

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dez horas e dois minutos, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Londrina e, também, através de participação remota, sob a presidência do vereador Eduardo Tominaga, a Comissão de Finanças e Orçamento da Casa – composta pelos vereadores Eduardo Tominaga (Presidente), Madureira (Vice-Presidente) e Matheus Thum (Membro) – deu início à Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre do Exercício de 2021 (em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). A presente audiência foi divulgada no site da Câmara Municipal de Londrina (CML), no Jornal Oficial do Município e nas redes sociais (*Anexo I – Publicações e Lista de Presença*). Estavam presentes na sala virtual, dentre outras autoridades e cidadãos, os vereadores Eduardo Tominaga, Lenir de Assis (presença remota), Lu Oliveira (presença remota), Mara Boca Aberta e Matheus Thum e os senhores Silvio Palma Meira (Controlador da Casa), Esdras Dias da Costa (assessor técnico da Secretaria Municipal de Fazenda de Londrina - SMFL), Luiz Antonio Pires Furtuoso (gerente de fiscalização orçamentária da CGML), Luiz Nicácio (superintendente da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina – CAAPSML), João Carlos Barbosa Perez (secretário municipal de Fazenda de Londrina), Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa (diretor Financeiro da SMFL) e Newton Hideki Tanimura (controlador-geral do município de Londrina), cuja lista de presença encontra-se em anexo (*Anexo I – Publicações e Lista de Presença*). A presidência fez esclarecimentos sobre a dinâmica da audiência pública e passou a palavra aos membros presentes da Comissão de Finanças e Orçamento, que fizeram seus pronunciamentos iniciais. Logo após, o senhor Silvio Palma Meira (controlador da Casa) fez a apresentação das atividades parlamentares e da prestação de contas da Câmara Municipal de Londrina (*Anexo II – Material expositivo do Poder Legislativo*). Na sequência, o senhor João Carlos Barbosa Perez (secretário municipal de Fazenda de Londrina) fez a apresentação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Londrina (*Anexo III – Material expositivo do Poder Executivo*) e o senhor Newton Hideki Tanimura (controlador-geral do município de Londrina), do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente (*Anexo III – Material expositivo do Poder Executivo*). Encerradas as apresentações, passou-se à fase de debates (cujas manifestações estão transcritas na íntegra):





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

2

A vereadora Lu Oliveira – Uma boa tarde a todos. Eu, primeiramente, quero cumprimentar a Comissão de Finanças, cumprimentar o vereador Tominaga, o vereador Matheus e o vereador Madureira. Cumprimentar, também, quem fez as explanações aqui para gente: o controlador da Câmara, o Silvio Meira, também o secretário da Fazenda, o João Perez, e o Newton Hideki, controlador-geral da Prefeitura. Os meus questionamentos, eles são em torno da Controladoria da nossa Casa e também em torno da Secretaria da Fazenda, então para o Silvio e para o João, mas de antemão já quero cumprimentar os demais que se fazem presentes aqui nesta sala híbrida, não é? Ou aí, de forma presencial no nosso Plenário ou, também, de forma virtual aqui com a gente e todos que nos acompanham através das redes sociais da Câmara Municipal de Londrina. Vejo de extrema importância essa audiência pública de prestação de contas até para que se faça de maior transparência possível para todos os munícipes da cidade e também um momento de debate, um momento de argumentações por parte dos vereadores para os seus responsáveis, não é? Então, começando com a questão para o nosso controlador, o Silvio Meira, relacionado (sic) a um projeto de lei que está em tramitação na Casa, que diz respeito a termos um intérprete de libras na Câmara Municipal de Londrina fazendo toda a tradução em libras daquilo que acontece na vida política da nossa cidade. Hoje, para contextualizar, nosso município tem vinte e cinco mil surdos, em média, são vinte e cinco mil pessoas que não têm acesso simultâneo às informações políticas, não é? Não têm essa possibilidade por conta de suas deficiências. Então, este projeto está em tramitação na Casa e está carecendo de alguns apontamentos. Baseado no limite de gastos com o pessoal da Câmara Municipal de Londrina apresentado pelo nosso controlador, qual seria o próximo passo para a contratação de intérpretes de libras na Câmara Municipal de Londrina e suprir toda essa comunidade com vinte e cinco mil surdos residentes na nossa cidade? Uma vez que nós estamos abaixo do limite de gastos e a ação vai beneficiar essa comunidade. A segunda pergunta é para o secretário da Fazenda, o João Perez, com relação à, também, dívida ativa do município. A gente sabe que as contrapartidas de indústrias, as contrapartidas das empresas em geral podem colaborar com a manutenção de bairros, de praças ou até construções de ciclovias, por exemplo, além de possíveis futuras privatizações, que também podem estar contempladas na organização das contas do município...

O vereador Matheus Thum – Tempo encerrado.





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

3

A vereadora Lu Oliveira – Só para finalizar, por gentileza. Outro ponto é o capital imobiliário que o município possui e que gera muita despesa. Por isso eu pergunto sobre a possibilidade de venda de terrenos, que podem gerar grandes ativos para a nossa cidade, essas ações todas, as contrapartidas das empresas, futuras privatizações, o nosso capital imobiliário, a venda, essas ações entram nas contas do município como soluções para diminuir a dívida ativa? Essas são as minhas perguntas, de antemão já dou uma boa tarde a todos e agradeço.

O senhor Silvio Palma Meira (controlador da Casa) – Boa tarde, vereadora. Respondendo à pergunta da senhora, não é? O projeto passou pela Controladoria, o projeto de lei, foi examinado, foram dados os pareceres, mas eu vou pedir para o Marcelo responder isso para a senhora, porque ele acompanhou de perto, ele que elaborou os pareceres e é a pessoa mais apropriada para estar respondendo para a senhora aqui.

O senhor Marcelo Orth (representante da Controladoria da Casa) – Boa tarde a todos, boa tarde, vereadora Lu de Oliveira. Com relação a esse projeto que propõe a implantação de intérpretes de libras durante as sessões e reuniões da Câmara, é um projeto que ele cria para o Legislativo municipal uma despesa, que a gente chama de despesa obrigatória de caráter continuado, assim ela se enquadra lá na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), e para criar esse tipo de despesa é necessário que se cumpra alguns requisitos, que estão previstos justamente na LRF. Durante o exercício de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um houve, em decorrência da Lei Complementar nº 173, uma vedação para os entes aumentarem as despesas, principalmente essas despesas obrigatórias de caráter continuado. Agora, iniciando dois mil e vinte e dois, já não temos mais a vedação da Lei Complementar nº 173, no entanto, faz-se necessário o cumprimento dos outros requisitos que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige. Então, basicamente, neste momento, esse projeto, para que ele prossiga, atualmente ele está na Comissão de Finanças e Orçamento, para que ele prossiga na sua tramitação pela Casa, é necessário que seja verificado qual o impacto orçamentário-financeiro que essa proposição vai trazer, qual será o real aumento de despesa para verificar se há uma adequação com o orçamento que a gente tem aqui da Câmara. Então, neste momento, não temos a vedação mais da Lei Complementar nº 173, porém precisamos cumprir os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então,





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

4

uma vez apresentada essa documentação, feito este estudo e demonstrado qual será o real impacto, qual será o real aumento de despesa, o nosso parecer certamente será favorável para o prosseguimento do projeto.

A vereadora Lu Oliveira – Muito obrigada.

O senhor João Carlos Barbosa Perez (secretário municipal de Fazenda de Londrina) – Bom, primeiramente eu queria cumprimentar a vereadora Lu Oliveira. Agradecer, Lu, pelos questionamentos. Eu vou tentar explicar aqui, eu relatei aqui, se eu estiver equivocado e faltar alguma informação, você pode aí me interpor. Lu, é o seguinte, quando a gente fala em dívida ativa, a gente se refere aos créditos que o município tem a receber, não é? E nós mostramos aqui, por exemplo, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ISS (Imposto sobre Serviços), o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), Contribuição de Melhoria, então são os créditos que o município tem a receber, não é? E, assim, nós trabalhamos muito na Secretaria de Fazenda para que o município tenha efetividade nas cobranças. Nós temos um trabalho lá no sentido de exaurir todas as possibilidades na esfera administrativa para que a gente tenha efetividade na cobrança e a nossa intenção, o nosso objetivo não é executar contribuinte, não é cobrar judicialmente, não é? Mas você faz uma relação do imobilizado da Prefeitura, dos terrenos com a dívida ativa. Não tem relação a essa dívida ativa, tá? A dívida ativa são créditos tributários, são despesas... são Receitas Correntes do município, ela faz parte das chamadas Receitas Correntes, é IPTU, ISS, ITBI e Contribuição de Melhoria, aquilo que o município tem a receber dos seus contribuintes que estão aí... que fazem parte da dívida ativa. No caso de uma receita de uma venda, de um leilão, por exemplo, de carros do município ou, até mesmo, de imóveis, nós temos uma receita de capital, não é? Que nós só podemos reverter em despesas de capital, receita de capital, despesa de capital. Receita corrente eu posso usar tanto para despesa corrente quanto para despesa de capital, não é? Então nós temos um trabalho muito forte lá na Secretaria para fazer a cobrança da dívida ativa, mas em relação a imobilizado, o Fábio Cavazotti, o pessoal faz um trabalho no sentido de verificar a viabilidade técnica de propor leilões de veículos, por exemplo. Nós temos um levantamento que nós fizemos lá na Fazenda com um grupo... que eu fazia parte de um grupo que debatia a CAAPSML (Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina), não é? Aquela comissão que debatia a CAAPSML e





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

5

um dos objetivos nossos era aportar... aumentar o ativo da CAAPSML através de terrenos, nós fizemos um levantamento muito grande lá, não é? E, assim, a gente esperava um valor muito grande, mas o valor não nos surpreendeu na época, não é? Nós tínhamos lá, se não me falha a memória, terrenos do município com potencial de venda, assim, rápida e com potencial de incremento na arrecadação algo próximo aí de quarenta e poucos milhões de reais naquela época. Então, assim, tem muitos terrenos, fundo de vale, tem muitas frações de terreno que são entregues por grandes empreendedoras do município na hora que faz o loteamento. Mas esses terrenos, naquela ocasião, não refletiu (*sic*) muito. Então, não sei se eu respondi, nós temos a dívida ativa, que ela é composta de créditos que o município tem a receber e isso nós trabalhamos muito lá na Fazenda para recuperar esses créditos num trabalho muito grande ainda em relação àqueles débitos que não foram para a execução, porque, Lu, sinceramente, a gente quer muito que o contribuinte faça o pagamento ainda na esfera administrativa, porque a gente sabe quanto fica caro para ele pagar o ônus de uma execução fiscal, pagar honorários advocatícios. Então nós trabalhamos muito lá com o intuito de receber a dívida ativa. E, com relação ao imobilizado que você fala, o Fábio, que é o secretário de Gestão Pública, ele está fazendo uma análise lá em relação à frota do município e em relação, também, à questão patrimonial para ver o que tem potencial para ser revertido em receita de capital. Receita capital, nós investimos em despesa de capital, ou seja, investimento, não é? E a receita corrente, nós temos aí, então, a possibilidade de investir tanto de honrar gastos correntes como despesa de capital, investimentos na cidade. Então, nessa linha eu não sei se eu respondi a contento, mas eu fico à disposição para complementar a resposta caso não tenha atendido à expectativa.

A vereadora Lu Oliveira – Foi perfeito, João, muito obrigada.

O vereador Eduardo Tominaga – Ok, obrigado. Próximo vereador inscrito... próximo inscrito, vereador Matheus Thum.

O vereador Matheus Thum – Não temos mais inscritos.

A vereadora Lenir de Assis – Senhor Presidente, eu estava inscrita.

O vereador Matheus Thum – Próxima inscrita: vereadora Lenir de Assis.

O vereador Eduardo Tominaga – Vereadora Lenir com a palavra.





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

6

A vereadora Lenir de Assis – Bom, até por conta do tempo, eu vou me ater nas minhas questões, eu vou declinar das perguntas que eu faria, até porque eu acho que levaria um certo tempo. Mas, enfim, apenas utilizo a palavra, vereador Eduardo, vereador Matheus da coordenação, por essa audiência, eu também quero cumprimentar e agradecer a presença do Silvio Meira, do João Carlos Perez e também do Newton para explanação, não é? São muitas coisas, de fato, a gente teria algumas questões, mas eu penso que nesse horário já não dá mais mesmo, não é? Mas apenas para o João Carlos. João, duas questões, primeiro que eu lamento profundamente, novamente, que nas áreas mais difíceis aí para a pandemia que foi a assistência social e da saúde, a gente tenha encerrado esse trimestre aí com resultado das transferências da União quase treze por cento a menos para a saúde e mais de setenta por cento a menos para a assistência social. Então, nesse sentido, eu gostaria até de ouvir um pouco mais, mas penso que o tempo não permite, é o exercício, não é? Como que hoje a Prefeitura, enfim, dentro do orçamento aí se organizou para enfrentar essa redução drástica do orçamento da União, não é? Mas fica aqui o meu lamento nesse sentido. A outra questão, João, é referente aos precatórios, se a mudança da lei federal para os pagamentos dos precatórios naturalmente muda aqui ou se nós temos autonomia para fazer o pagamento dos precatórios? Eu sei que você já falou sobre isso ou o Newton, desculpa, eu não me lembro, mas se a alteração... foi o João... se a alteração, da forma como se paga os precatórios, é âmbito federal, se alteraria aqui. Era isso a princípio, depois eu procuro o João para a gente esclarecer e também o Newton referente ao orçamento criança. Muito obrigada.

O vereador Eduardo Tominaga – Obrigada, vereadora.

O senhor João Carlos Barbosa Perez (secretário municipal de Fazenda de Londrina) – Lenir, primeiramente obrigado pela pergunta, uma pergunta bem pertinente. A gente tem uma preocupação muito grande, Lenir. A partir do momento que o Estado da União encolhe a participação no município, o município tem que estender, temos que ter um olhar maior aí para a saúde e assistência, que é o caso que você colocou: treze por cento de redução no repasse do SUS (Sistema Único de Saúde) e quase setenta por cento em relação à assistência social. Mas o município, ele absorve essa demanda, não é? Veja, em saúde, eu demonstrei agora recentemente, nós investimos 28,20% em saúde, o mínimo constitucional é 15%. Então a partir do momento em que





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

7

há essa retração de recursos por parte da União e do estado, o município tende a absorver, porque são políticas públicas essenciais na área de saúde e assistência, são áreas... foram as áreas mais afetadas com a pandemia. Só para se ter uma ideia, Lenir, nesse orçamento de dois mil e vinte e dois, nós analisamos o valor de assistência e fizemos uma alteração no valor de assistência, aportamos mais recursos porque nós sabemos que a assistência social, ela é uma Pasta que irá demandar muito em dois mil e vinte e dois, assim como a saúde. Mas você tem razão, a partir do momento em que há esse encolhimento, essa retração do Governo Federal, o município, ele absorve mais demandas aí que, em tese, não nos pertence, não é? Essa é a primeira pergunta. Em relação ao precatório, Lenir, nós tivemos uma emenda recente que prorrogou o pagamento de precatórios de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e nove e, sinceramente, foi uma medida muito acertada, porque se não tivesse ocorrido isso, nós teríamos uma dificuldade muito grande, porque nós estamos numa iminência de termos dois julgamentos, em dois precatórios: o precatório com a transporte coletivo de Londrina de cento e seis milhões de reais e um precatório da Londrisul de mais sessenta milhões de reais. Se esses precatórios entrarem na nossa dívida consolidada, a nossa parcela que nós fazemos mensalmente ao Tribunal de Justiça (TJ) de dois milhões e cem mais ou menos, iria pular par quase quatro milhões de reais se nós não tivéssemos a extensão desse pagamento de dois mil e vinte quatro para dois mil e vinte e nove, não é? Eu mostrei na apresentação que você viu, o ano passado nós tínhamos duzentos e vinte e oito milhões de precatórios se não me falha a memória, e nós registramos esse ano noventa e dois milhões. É que teve a inclusão lá dentro do precatório do transporte coletivo, que está sendo debatido no judiciário, não é? Mas possivelmente ou pode ter, nós temos a chance de ter que pagar esses precatórios aí e essa emenda veio para quê? Para prorrogar o pagamento das parcelas. Como funciona hoje, Lenir? O município, ele faz um cálculo do saldo que nós temos remanescente em precatório em relação à receita corrente líquida e nós temos que quitar todo o saldo de precatório que nós temos inscritos até trinta e um do doze de dois mil e vinte e nove. Anteriormente era trinta e um do doze de dois mil e vinte e quatro, ou seja, daqui dois anos nós teríamos que quitar duzentos e poucos milhões, eu falo duzentos e poucos, porque a gente conta, por prudência, com essa questão desse precatório que está sendo debatida aí, que é o precatório do transporte coletivo de Londrina. Então nós teríamos até dois mil e vinte e





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021 (Em 25.2.2022)

8

quatro e estendeu para dois mil e vinte e nove. Hoje nós depositamos mensalmente dois milhões e cem mil no TJ, no final do ano as varas aqui da Fazenda mandam para a Procuradoria os pagamentos que ocorreram no ano anterior, nós empenhamos então e baixamos da conta... dessa conta que nós temos no TJ aí, que fazemos o pagamento todo mês de forma sagrada, porque a gente sabe que o não pagamento implica... nós temos implicações aí em relação à questão de repasse federal, à nossa posição junto ao registro aí... junto à União, não é? Então nós temos um cuidado muito grande ao precatório, mas a emenda prorrogou, então, para dois mil e vinte e nove.

A vereadora Lenir de Assis – Obrigada.

O vereador Eduardo Tominaga – Ok. Obrigado então...

A vereadora Lenir de Assis – Era isso.

O vereador Eduardo Tominaga – Obrigado, vereadora Lenir. Obrigado, secretário João. Informo que as inscrições estão encerradas conforme foi anunciado agora há pouco. Vereador Matheus Thum, algum inscrito para fazer o uso da palavra?

O vereador Matheus Thum – Não há mais inscritos.

Por fim, a Presidência agradeceu a presença de autoridades, de servidores, de munícipes e da comunidade em geral (*Anexo I – Publicações e Lista de Presença*) e encerrou a audiência pública às doze horas e quarenta e três minutos.

Eduardo Tominaga
**Presidente da Comissão de Finanças
e Orçamento**

